



PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTELO/ES
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.430, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025.

Modifica a Lei nº 2.930, de 14 de junho de 2010, que fixa a remuneração dos cargos da Câmara Municipal de Castelo e o valor das respectivas gratificações.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CASTELO, NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º A carreira de nível V integrante do Anexo I – Tabela II - da Lei nº 2.930, de 14 de junho de 2010, passa a vigor com os padrões de vencimento e valores conforme o Anexo I desta Lei.

Art. 2º A carreira de nível VI integrante do Anexo I – Tabela II - da Lei nº 2.930, de 14 de junho de 2010, passa a vigor com os padrões de vencimento e valores conforme o Anexo I desta Lei.

Art. 3º Os cargos comissionados de Assessor Especial, referência CC-4, integrantes da Resolução nº 12, de 19 de maio de 2010 - Estrutura Administrativa Básica da Câmara Municipal de Castelo, Estado do Espírito Santo, passam a ser de referência CC-3.

§1º Com a modificação prevista no *caput* deste artigo, que altera a referência dos cargos comissionados de Assessor Especial de CC-4 para CC-3, o vencimento dos cargos antes mencionados passam a ser o da nova referência, que na presente data é de R\$ 2.492,22.

§2º Em razão do disposto neste artigo o Anexo II – Tabela I - da Lei nº 2.930, de 14 de junho de 2010, fica alterado exclusivamente neste ponto, que passa a vigor na forma abaixo:

CARGO	REFERÊNCIA	QUANTIDADE	VENCIMENTO
Assessor Especial	CC – 3	10	R\$ 2.492,22

Art. 4º O cargo comissionado de Chefe de Departamento de Tecnologia e Informática, referência CC-3, integrante da Resolução nº 12, de 19 de maio de 2010 - Estrutura Administrativa Básica da Câmara Municipal de Castelo, Estado do Espírito Santo, passa a ser de referência CC-2.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTELO/ES
GABINETE DO PREFEITO

§1º Com a modificação prevista no *caput* deste artigo, que altera a referência dos cargos comissionados de Chefe de Departamento de Tecnologia e Informática de CC-3 para CC-2, o vencimento do cargo antes mencionado passa a ser o da nova referência, que na presente data é de R\$ 3.259,07.

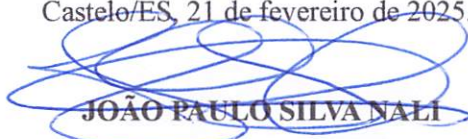
§2º Em razão do disposto neste artigo o Anexo II – Tabela I - da Lei nº 2.930, de 14 de junho de 2010, fica alterado exclusivamente neste ponto, que passa a vigor na forma abaixo:

CARGO	REFERÊNCIA	QUANTI- DADE	VENCIME-NT0
Chefe de Departamento de Tecnologia e Informática	CC – 3	1	R\$ 3.259,07

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data sua publicação, com efeitos a partir de 1º de março de 2025.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Castelo/ES, 21 de fevereiro de 2025.


JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito de Castelo – ES



PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTELO/ES
GABINETE DO PREFEITO

Anexo I da LEI Nº 4.430, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025.

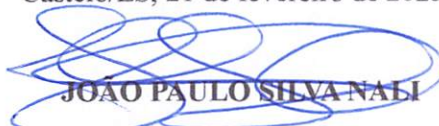
Valores e Padrão de Vencimento da Carreira de Nível V integrante do

Anexo I – Tabela II - da Lei nº 2.930, de 14/06/2010

CARREIRA	P A D R ã O D E V E N C I M E N T O									
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
V	2.138,53	2.204,67	2.270,81	2.338,93	2.409,10	2.481,38	2.555,82	2.632,49	2.711,47	2.792,81

Valores expressos em Reais (R\$)

Castelo/ES, 21 de fevereiro de 2025.


JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito de Castelo – ES



PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTELO/ES
GABINETE DO PREFEITO

Anexo II da LEI Nº 4.430, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025.

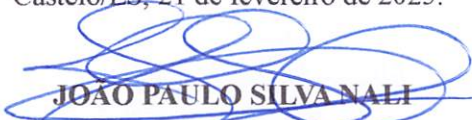
Valores e Padrão de Vencimento da Carreira de Nível VI integrante do

Anexo I – Tabela II - da Lei nº 2.930, de 14/06/2010

CARREIRA	P A D R ã O D E V E N C I M E N T O									
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
VI	2.417,45	2.492,22	2.566,99	2.644,00	2.723,32	2.805,02	2.889,17	2.975,84	3.065,12	3.157,07

Valores expressos em Reais (R\$)

Castelo/ES, 21 de fevereiro de 2025.


JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito de Castelo – ES



LEI Nº 4.557, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

Concede abono aos servidores efetivos, comissionados, cedidos à disposição do Poder Legislativo, aposentados e pensionistas da Câmara Municipal de Castelo/ES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, faz saber que a Câmara Municipal de Castelo aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI

Art. 1º Fica concedido, exclusivamente no mês de dezembro de 2025, um abono de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) aos servidores efetivos e comissionados, pertencentes aos quadros da Câmara Municipal de Castelo que, na data da publicação desta Lei, se achem lotados nos respectivos órgãos do Legislativo Municipal.

§1º O abono previsto no caput também é devido aos servidores públicos efetivos ou comissionados cedidos pela Prefeitura Municipal de Castelo ou por outros órgãos da administração direta ou indireta de quaisquer dos Poderes da União, dos Estados ou dos Municípios, desde que, no mês de dezembro de 2025, estejam desempenhando regularmente suas funções perante a Câmara Municipal de Castelo e que não tenham recebido do órgão de origem idêntico direito.

§2º O abono previsto no caput também é devido aos aposentados e pensionistas da Câmara Municipal de Castelo que não tenham recebido do órgão de origem idêntico direito.

Art. 2º Sobre o valor do abono concedido não incidirão gratificações adicionais nem quaisquer outras vantagens ou benefícios de natureza pecuniária, estando ele sujeito, no entanto, aos impostos e contribuições previstos em lei.

Art. 3º O abono de que trata esta Lei não será incorporado aos vencimentos do servidor, nem será integrado à sua remuneração, provento ou pensão para efeito de computo de outras vantagens remuneratórias quando da concessão de aumento salarial geral aos servidores da Câmara Municipal de Castelo.

Prefeitura Municipal de Castelo



Art. 4º Para fins de percepção do abono previsto no art. 1º desta Lei, será observado o tempo de efetivo exercício do servidor no âmbito do Poder Legislativo Municipal no exercício do ano de 2025, independente de eventual alteração de vínculo, cargo, função, forma de contratação ou celebração de novo contrato, desde que o servidor esteja em efetivo exercício e com vínculo ativo na data do pagamento.

§1º O servidor que houver exercido suas atividades por período igual ou superior a 60 (sessenta) dias, consecutivos ou não, no exercício do ano de 2025, fará jus ao recebimento integral do abono, desde que esteja com vínculo ativo na data do pagamento.

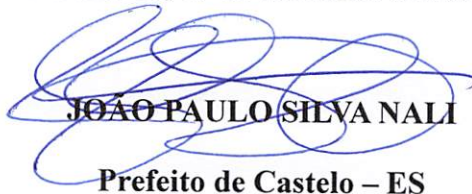
§2º O servidor que houver exercido suas atividades por período inferior a 60 (sessenta) dias, consecutivos ou não, no exercício do ano de 2025, fará jus ao recebimento correspondente a 30% (trinta por cento) do abono.

§3º Para fins de apuração do tempo de efetivo exercício de que trata este artigo, serão computados todos os períodos trabalhados no exercício de 2025, ainda que decorrentes de contratos distintos ou sucessivos, desde que mantida a prestação de serviços ao Município.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Castelo/ES, 17 de dezembro de 2025.


JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito de Castelo – ES



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTELO/ES
GABINETE DO PREFEITO**

LEI Nº 4.431, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025.

Concede reajuste aos servidores efetivos, comissionados, contratados temporariamente, aposentados e pensionistas da Câmara Municipal de Castelo/ES.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CASTELO, no Estado do Espírito Santo:
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte:

L E I

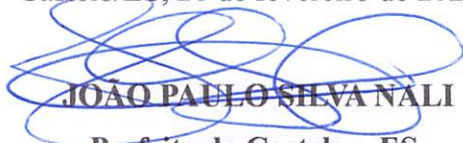
Art. 1º Fica concedido a todos os servidores públicos do Poder Legislativo da Câmara Municipal de Castelo, a título de reajuste, o percentual de 4,83 % (quatro vírgula oitenta e três por cento) sobre os seus atuais vencimentos aposentadorias e pensões.

Art. 2º O reajuste aplica-se aos vencimentos dos servidores efetivos, comissionados e contratados da Câmara Municipal de Castelo e aos proventos de aposentadoria e às pensões dos aposentados e pensionistas que tenham tais benefícios custeados pela Câmara Municipal de Castelo.

Art. 3º O reajuste previsto no artigo anterior, não será aplicado caso já seja concedido aos servidores do Poder Legislativo, nesse exercício de 2025, por força da Lei nº 4.429 de 12 de fevereiro de 2025, mesmo que em percentual diferente do previsto nesta Lei.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2025.

Castelo/ES, 21 de fevereiro de 2025.


JOAO PAULO SILVA NALI
Prefeito de Castelo – ES